

Infâncias, vulnerabilidade social e ocupações: expressões de resistência e produção de vida

Carina Sousa Elias, Ph. D.^a

Patrícia Carla de Souza Della Barba, Ph. D.^b

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

 carinasousaelias@yahoo.com.br

Resumo

A desigualdade social impacta a infância, reduzindo as oportunidades ocupacionais de crianças de classes sociais desfavorecidas. Este estudo qualitativo analisou experiências de 35 famílias com crianças em dois municípios brasileiros, utilizando entrevista semiestruturada e o Checklist Intersetorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil. A análise estatística e temática revelou que processos sociais moldam as oportunidades ocupacionais e que os cuidadores associaram a Educação a um futuro promissor. As ocupações infantis também se expressaram como práticas de resistência e produção de vida diante da vulnerabilidade social. A pesquisa evidencia o papel da Terapia Ocupacional na compreensão dos desafios ocupacionais e do poder transformador das ações coletivas, mostrando como a agenda neoliberal perpetua iniquidades, mas não anula as formas de luta e resistência das famílias e crianças.

Palavras-chave

Ocupações infantis; repertório ocupacional infantil; desigualdade social; resistência; Terapia Ocupacional.

Tesauro

Tesauro de Ciencias Sociales de la Unesco.

Puntos clave

- A desigualdade social limita as oportunidades ocupacionais infantis: crianças em situação de vulnerabilidade social podem ter menos acesso a esportes, cultura, lazer e escolhas dentro do que almejam para a construção de si mesmas.
- Ocupações infantis são atos de resistência e de produção de vida: mesmo em territórios vulneráveis, as brincadeiras e o uso dos espaços das comunidades se tornam formas de afirmar a vida cotidiana.

Para citar este artículo

Elias, C. S., & Della Barba, P. C. S. (2026). Infâncias, vulnerabilidade social e ocupações: expressões de resistência e produção de vida. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 24(1), 1-18.

<https://doi.org/10.11600/rlicsnj.24.1.7020>

Historial

Recibido: 14.02.2025

Aceptado: 06.10.2025

Publicado: 12.12.2025

Información artículo

O artigo é um recorte da pesquisa «Repertório ocupacional infantil: opressões, resistências e as marcas da desigualdade social», com aprovação do Comité de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos pelo parecer 5 654 581. A pesquisa ocorreu de fevereiro de 2022 a agosto de 2025. Área: Terapia ocupacional. Subárea: Promoção do Desenvolvimento Humano nos Contextos da Vida Diária.

Ciencia abierta

Este artículo no permite acceso a material suplementario o a los datos originales de la investigación.

Childhood, social vulnerability and occupations: expressions of resistance and life production

Abstract

Social inequality impacts childhood and reduces the occupational opportunities of children from disadvantaged social classes. This qualitative study analyzed the experiences of 35 families with children living in two Brazilian municipalities using semi-structured interviews and the Checklist Intersetorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil. Statistical and thematic analysis revealed that social processes shape occupational opportunities and that caregivers associate education with a promising future for a child. Children's occupations also emerged as practices of resistance and life production in the face of social vulnerability. The research highlights the role of Occupational Therapy in understanding occupational challenges and the transformative power of collective actions, showing how the neoliberal agenda perpetuates inequities while failing to suppress the forms of struggle and resistance expressed by children and their families.

Keywords

Childhood occupations; children's occupational repertoire; social inequality; resistance; Occupational Therapy.

Infancias, vulnerabilidad social y ocupaciones: expresiones de resistencia y producción de vida

Resumen

La desigualdad social impacta la infancia y reduce las oportunidades ocupacionales de las niñas y niños de clases sociales desfavorecidas. Este estudio cualitativo analizó las experiencias de 35 familias con hijas e hijos en dos municipios brasileños, utilizando entrevistas semiestructuradas y el Checklist Intersetorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil. El análisis estadístico y temático reveló que los procesos sociales moldean las oportunidades ocupacionales y que las personas cuidadoras asociaron la educación con un futuro prometedor. Las ocupaciones infantiles también se expresaron como prácticas de resistencia y producción de vida frente a la vulnerabilidad social. La investigación evidencia el papel de la Terapia Ocupacional en la comprensión de los desafíos ocupacionales y del poder transformador de las acciones colectivas, mostrando cómo la agenda neoliberal perpetúa inequidades, sin anular las formas de lucha y resistencia de las familias y las infancias.

Palabras clave

Ocupaciones infantiles; repertorio ocupacional infantil; desigualdad social; resistencia; terapia ocupacional.

Información autoras

(a) Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos. Mestrado e Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, UFSCar, Brasil. ID 0000-0003-3633-227X. H5: 0. Correo electrónico: carinasousaelias@yahoo.com.br

(b) Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos. Mestrado e Doutorado em Educação Especial, UFSCar. Pós-Doutorado em Estudos da Criança, Universidade do Minho (Portugal), e Pós-Doutorado em Intervenção Precoce na Infância, Universidad Católica de Valencia. Docente Associada do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, PPGTO/UFSCar. ID 0000-0002-7893-8133. H5: 15. Correo electrónico: patriciaabarba@ufscar.br

Introducción

O repertório ocupacional pode ser conceituado como «o conjunto de ocupações que um indivíduo tem em um ponto específico do curso de vida» (Davis & Polatajko, 2006, p. 137), sendo dinâmico, pois vai se modificando no decurso do tempo. Os repertórios não apresentam um desfecho específico, podendo se ampliar ou diminuir de acordo com as questões do indivíduo, da ocupação e do ambiente, mas espera-se que ele vá caminhando e se expandindo de acordo com o desenvolvimento da criança e, também, com a evolução da própria espécie humana (Davis & Polatajko, 2006).

As ocupações são essenciais para proporcionar a participação na sociedade, e a possibilidade de participar gera maior equidade social. Portanto, quando uma condição de saúde, uma deficiência ou uma condição social específica provoca um desequilíbrio no engajamento ocupacional, consequentemente modifica-se a identidade da pessoa, o bem-estar e a participação (Christiansen & Townsend, 2010).

Pessoas que expericiam situações de privação ocupacional, tais como minorias étnicas, culturais e religiosas, prisioneiros, desempregados crônicos e crianças trabalhadoras, ficam destituídas de escolher o que fazer em seu cotidiano, baseado em suas preferências pessoais ou necessidades individuais e sociais (Whiteford, 2000). Consequentemente, crianças que deixam de *fazer* perdem o senso de quem *são*, com uma identidade fragilizada, que diminui a capacidade de *tornar-se* (Mandich & Rodger, 2006).

Essas restrições ao engajamento ocupacional não emergem de modo isolado, mas são sustentadas por sistemas históricos de dominação que estruturam o acesso desigual a recursos, direitos e possibilidades de existência. É nesse contexto que a colonialidade se revela como um mecanismo de poder que mantém as hierarquias sociais na contemporaneidade. A colonialidade se constitui como um processo de classificação social pela gestão racial, proveniente da colonização europeia da América Latina, e que repercute diretamente na produção de desigualdades sociais multidimensionais (Oliveira, 2023; Quijano, 2005).

Embora a forma de execução das políticas públicas esteja voltada para atender populações mais vulneráveis, a dinâmica das relações econômicas de acumulação crescente do capital e de empobrecimento considerável da classe trabalhadora é mantida, atendendo a uma agenda neoliberal (Siqueira, 2013). Toda a história de exploração e colonialismo continua trazendo efeitos deletérios para a sociedade e para o meio ambiente, afetando desproporcionalmente os grupos populacionais (Adekanbi, 2024).

A Terapia Ocupacional, a partir de uma perspectiva crítica, considera as influências desiguais geradas pelo sistema dominante, baseado no neoliberalismo, no individualismo, no desmonte das políticas sociais e nos processos de exclusão social (Miranda de Oliveira *et al.*, 2025). As crianças em diferentes circunstâncias econômicas crescem em ambientes desiguais, incluindo as dimensões educacionais, emocionais e materiais (Cattan *et al.*, 2022), tendo em conta que a pobreza é multidimensional e priva as crianças de muitos direitos (Unicef, 2024).

Essas desigualdades se manifestam também em formas de violência estrutural e simbólica, nas quais a invisibilização e o extermínio étnico vividos cotidianamente por grupos em situações desfavoráveis perpassam também pelas crianças (Gobbi & Anjos, 2024). A primeira infância é o momento de vida com maior eficácia para buscar a equidade no desenvolvimento, e o retorno desse investimento é substancial (Engle *et al.*, 2011).

Reconhece-se que crianças em condições de maior vulnerabilidade social enfrentam restrições significativas em suas experiências e oportunidades ocupacionais. Contudo, a literatura apresenta uma lacuna sobre o tema.

Partindo da hipótese de que as injustiças sociais, as desigualdades e as desvantagens determinam as escolhas ocupacionais e limitam as oportunidades de grande parte da população mundial (Hammell, 2021), esta pesquisa teve como objetivo investigar o impacto da condição socioeconómica na construção do repertório ocupacional de crianças em diferentes contextos de vida, e compreender a dimensão política das ocupações infantis.

Método

Trata-se de um estudo qualitativo (Pope *et al.*, 2023), exploratório (Sellitz *et al.*, 1987) e transversal (Hochman *et al.*, 2005), realizado através de um recorte da pesquisa de doutorado intitulada «Repertório ocupacional infantil: opressões, resistências e as marcas da desigualdade social». A coleta de dados foi realizada de junho a outubro de 2023.

Minayo (2021) refere que a ética em pesquisa qualitativa empírica vai além da escolha de um instrumento de entrevista adequado, referindo-se ao caminho que o pesquisador deve fazer quanto à compreensão da singularidade de cada participante, e que cada um traz a sua verdade, imprimindo-a na relação entre as subjetividades do pesquisador e do entrevistado. O pesquisador busca conhecer os fenômenos sociais, colocando-se em um lugar de igualdade para entender as experiências humanas apresentadas pelo outro. Assim, a ética não está apenas nos procedimentos a serem implementados pelo pesquisador, mas no sentido social do estudo, em contraposição ao suposto objetivismo da ciência positivista.

Participantes

O público-alvo que constituiu a amostra desta pesquisa correspondeu a 35 famílias com crianças entre cinco e 14 anos de idade, sendo realizada entrevista com os cuidadores indicados pelos profissionais da instituição educacional Fundação Municipal Anne Sullivan, e pelos Agentes Comunitários de Saúde das Unidades Básicas de Saúde de São Caetano do Sul/SP e de Santo André/SP, compondo o Grupo 1 (19 famílias de São Caetano) de maior renda, e o Grupo 2 (16 famílias de Santo André) de regiões mais vulneráveis.

Para fins de facilitação da linguagem neste estudo, será utilizado o termo «crianças» para todas as idades incluídas. Os dois grupos foram divididos por município devido às discrepâncias existentes no acesso a políticas públicas, e em especial pelas condições do território (mais urbanizado, ou resultante de áreas de ocupação formando comunidades urbanas), possibilitando a análise dos impactos da desigualdade social sobre a constituição do repertório ocupacional das crianças. Os adultos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Quanto ao local, 31 entrevistas foram realizadas nas residências dos participantes com acompanhamento dos Agentes Comunitários de Saúde, e quatro ocorreram dentro da UBS 3.

Ressalta-se aqui que uma região passa a existir e adquire significado não só a partir de fatores geográficos, mas também pelos fenômenos sociais que acontecem quando um grupo de pessoas ali se instala. A coletividade determina as formas de apropriação de um espaço e a maneira de se organizar dentro dele, bem como os processos políticos e ideológicos de dominação. Portanto, nenhum local é neutro, cada região terá características próprias, com uma identidade impressa pelas pessoas que fazem parte dela (Palacios, 1983).

O território é, então, um espaço de encontro com o outro, com modos de vida construídos dentro de um dado contexto, e com sentidos atribuídos pelas pessoas que fazem parte dele (Barros *et al.*, 2002).

Instrumentos de coleta

A coleta de dados foi feita por meio da aplicação de entrevista semiestruturada com os adultos com o objetivo de tecer reflexões sobre o desenvolvimento infantil a partir das ocupações infantis, contendo perguntas sobre como se caracterizam as ocupações da criança, as interações sociais, as influências da renda sobre as oportunidades ocupacionais, sobre o processo de construção da identidade através das ocupações, e o que os cuidadores desejavam para o futuro da criança. A entrevista foi avaliada previamente por três avaliadoras externas, terapeutas ocupacionais, com experiência na temática envolvendo as ocupações.

Também foi aplicado o instrumento *Checklist Intersetorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil* (CIDRDI, Versão 01; Franco, 2024), com 28 perguntas, de respostas «sim» ou «não» e pontuação 0 ou 1, relacionadas a questões de saúde da criança (fase pré-natal, peri e pós-natal), fatores ambientais, e fatores familiares e sociais. Há, ainda, uma questão aberta sobre a possibilidade de ações interdisciplinares a serem tomadas se houver riscos ao desenvolvimento da criança. O resultado final pode ser classificado em «baixo risco» (19 a 28 pontos), «risco intermediário» (10 a 18 pontos) e «alto risco» (0 a 3 pontos) ao desenvolvimento infantil (Franco, 2024).

O instrumento pode ser aplicado por profissionais das áreas da Assistência Social, Educação e Saúde, visando evidenciar um perfil de fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento infantil. Fatores de proteção incluem consultas de pré-natal, nascimento a termo, peso e tamanho esperados para a idade gestacional, desenvolvimento compatível com a idade, calendário vacinal completo, programas de auxílio de renda do governo, adaptação positiva ao ambiente escolar, e relacionamento de afeto entre a criança e os cuidadores. Fatores de risco podem estar relacionados a doenças genéticas na família, intercorrências no período gestacional, violência doméstica, renda insuficiente para as necessidades básicas da família, crianças que precisam trabalhar para gerar renda, falta de acesso a serviços públicos, dificuldade de aprendizagem na escola, sinais de negligência com a criança, famílias não participativas na escola, dificuldades no comportamento emocional da criança, e cuidadores usuários de substâncias psicoativas.

Análise dos dados

As entrevistas foram registradas com gravador de voz e transcritas na íntegra, totalizando 28h30min. Foi utilizada a abordagem de Análise Temática, a qual se propõe a interpretar os dados de maneira qualitativa (Bardin, 2016), organizando e analisando os dados dentro de temas relevantes (Braun & Clarke, 2006). O instrumento CIDRDI foi analisado por meio de estatística descritiva, a partir das pontuações finais de cada um, variando de 0 a 28 pontos.

Resultados

Em relação ao gênero dos cuidadores ($n = 35$), houve um predomínio feminino com 31 participantes (88.6 %) sendo mães, avós ou tias, e quatro (11.4 %) sendo pais ou avôs. As crianças tiveram idade média de 9 anos, sendo 20 meninos e 15 meninas.

Nesse sentido, observa-se que o machismo ainda recai de forma contundente sobre as meninas e mulheres quando se fala em tarefas domésticas, onde aparecem as normas de gênero na divisão das atividades de cuidado, especialmente em famílias em situação de vulnerabilidade (Rachter, 2024). Além disso, o peso destas tarefas também é o principal impedimento para que meninas e mulheres entre 15 e 19 anos de idade possam manter os estudos ou procurar um emprego (Assis, 2018). Por outro lado, nesse estudo observou-se que apesar das mães assumirem praticamente toda a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com as crianças, pouca responsabilidade era atribuída às crianças, o que pode comprometer a sua autonomia, o senso de autoeficácia e autoestima, e a capacidade de resolução de problemas.

Quanto ao instrumento CIDRDI (Franco, 2024), 94 % dos protocolos tiveram como classificação «baixo risco», variando de 20 a 28 pontos. O «alto risco» foi identificado para uma das crianças que foi vítima de abuso sexual, e para outra em que a mãe era usuária de substâncias psicoativas e apresentava dificuldade em cuidar dos filhos, indicando riscos ao desenvolvimento. Embora o instrumento não pontue separadamente estes itens para gerar a classificação de «alto risco», cabe ao profissional fazer estas observações no final do instrumento, como realizado nesses dois casos. Não houve casos de trabalho infantil relatados pelas famílias ou pelos profissionais das UBSs.

O CIDRDI contribuiu para a identificação de que, apesar da atenção primária à saúde proporcionar o acompanhamento pré-natal das mulheres e a vacinação das crian-

ças, nas UBSs os participantes tinham grande dificuldade em acessar serviços públicos de reabilitação física, saúde mental e especialidades médicas, especialmente o Grupo 02.

Quanto às entrevistas, a partir da análise temática foi possível gerar pontos de discussão relacionados a duas categorias de análise: 1) a construção do repertório ocupacional infantil em um cenário de desigualdade social, e 2) as ocupações infantis como práticas políticas e formas de resistência. Estes tópicos apresentam questões ligadas a como se dão as relações humanas nos territórios, onde a condição socioeconômica é somente um dos fatores que permeia a construção da vida cotidiana das crianças e de suas famílias nas localidades investigadas.

A construção do repertório ocupacional infantil em um cenário de desigualdade social

Ao analisar os dados das entrevistas, a primeira categoria de análise demonstrou uma diferença acentuada na disponibilidade de ocupações entre os grupos. Isso se evidenciou quando os cuidadores foram questionados se criança tinha oportunidades suficientes para fazer coisas que fazem parte dessa etapa da vida:

Oportunidades, é o que a gente tenta, a gente mora em uma cidade muito boa, então elas têm várias oportunidades de esportes, de cultura, então é eu poder dar essa possibilidade dela [a filha de 08 anos] poder escolher o que ela quer, o que ela gosta. (Família 02, Grupo 01, referindo-se às possibilidades de escolhas ocupacionais)

Esta e outras famílias do Grupo 01 afirmaram ter maior acesso às políticas públicas do município, sendo possível às crianças frequentarem escolas públicas, porque as famílias acreditam na qualidade educacional, e participarem de esportes (futebol, futsal, vôlei, ginástica, alongamento, natação, tênis de mesa, patinação, atletismo, boxe, pilates e dança), escola de línguas, biblioteca itinerante e eventos culturais, os quais são oferecidos pela prefeitura, de forma gratuita. Já as famílias do Grupo 02 ressaltaram a falta de estrutura habitacional e de espaços seguros, no território, para as crianças brincarem, como quadras e parques. Além disso, nenhuma das crianças fazia outra atividade além da escola, por não serem oferecidos projetos dessa natureza pela prefeitura.

Outras citações ilustram as experiências e expectativas das famílias com as crianças, especialmente no que se refere à formação e profissionalização e às dificuldades para proporcionar tais oportunidades:

Que nem eu falo para ela [a filha de 09 anos], tem que estudar (...). Se não estudar, não tem emprego, né? E eu falei para ela, o objetivo que a gente precisa que ela tenha é um bom estudo e lá na frente uma boa faculdade. Para que ela tenha um caminho diferente do meu. Eu não tive oportunidade de fazer faculdade, porque eu tive que começar a trabalhar para ajudar minha mãe, então eu já não tive isso. (Família 12, Grupo 01)

Que ela [a filha de 8 anos] seja independente, goste da escola e conclua. Porque o meu sonho era ser advogada, a minha mãe me tirou da escola, e eu nunca repeti de ano, eu nunca tive uma nota abaixo de 9, era de 9 pra 10 (...). A minha mãe me tirou da escola para eu cuidar dos meus irmãos para ela trabalhar, entendeu? E é isso que eu não quero para ela. Eu não quero ter filho para eu ter que estar pondo na rua para vender comida, para vender uma bala. Nem para estar faltando de escola. (Família 31, Grupo 02)

É, eu acho assim que às vezes até falta sim alguma coisa, porque a gente não tem nem muita condição para estar podendo arrumar ele [o neto de 14 anos] para estar fazendo essas coisas, né? Às vezes um esporte mesmo, como eu te falei, né? Porque as condições da gente não dão para muita coisa. A gente depende de dinheiro e às vezes se eu for fazer uma coisa para ele, eu fico devendo o aluguel, a água e luz, então não dá, né? Então, a gente tem que ver primeiro o necessário. (Família 15, Grupo 01)

Observa-se a importância dada pelas famílias dos dois grupos para a Educação como uma forma de alcançar um futuro melhor, baseado também em um comportamento ético e responsável na vida adulta. Para algumas famílias foi possível alcançar um equilíbrio ocupacional no cotidiano dos filhos, e para outras, de baixa renda, a falta de oportunidades faz com que os cuidadores percebam que não foi atingido todo o potencial da criança. As diferenças intergeracionais também foram um tema marcante, em que os pais tentam constantemente oferecer aos filhos aquilo que não tiveram em sua infância, pelas dificuldades da época, o que limitou suas escolhas ocupacionais.

As ocupações infantis como expressão de resistência e produção de vida coletiva

Nessa categoria de análise o foco está em como as ocupações das crianças (brinca-deiras, afazeres, interações) e as ações das famílias, especialmente em territórios vulneráveis, manifestam resistência às opressões sociais e contribuem para a produção de vida e laços coletivos e comunitários. Isso se manifesta tanto na apropriação do espaço, mesmo com pouca infraestrutura, para as ocupações com significado, quanto na mediação parental das aspirações e na transmissão de valores que rompem com trajetórias de vida anteriores, visando a autonomia da criança.

Eu acredito que tudo é só organização de tempo dos pais, entendeu? Focar nessa organização do tempo. Tipo, no horário de trabalhar certinho, ali, domingo eu estou de bobeira, então, vamos embora brincar, preencher o lado, pegar o sol e descascar a pele um pouquinho [risos]. Cortar uma pipa ali, a gente sente uma emoção qualquer brincadeira ali... (Família 20, Grupo 02. Soltar pipa no morro da comunidade é uma atividade tradicional entre as crianças)

Olha, eu espero que ele [o filho de 10 anos] consiga alcançar tudo que ele sonha dentro da realidade dele e sem se frustrar (...). Eu vou dar caminhos, possibilidades para ele alcançar o que ele sonha, mas se ele não alcançar o que ele sonha, ele ser outra coisa ou ele mudar o percurso, está tudo bem, porque é a vida dele, é o sonho dele e eu não tive muito esse respeito. A minha mãe sempre falou assim: «Olha, você não vai fazer Pedagogia porque você não tem capacidade de cuidar da vida dos outros», e eu cuidei dos meus três irmãos. Então, eu sempre fui muito barrada, entendeu? (Grupo 01, Família 19, ressaltando a importância do equilíbrio e da orientação parental para que a criança descubra o seu próprio caminho)

Na região na UBS 3, a Família 27 (Grupo 02) referiu sobre o próprio equipamento de Educação ser uma possibilidade de lazer mais segura para as crianças do bairro:

[Mãe] Sai para jogar bola na rua de trás [o filho de 11 anos]. (...) lá tem uma creche. Essa creche, as professoras deixam as crianças brincarem na quadra.

[Avó] Uma coisa boa sem ser esse celular, é por causa da creche. Ele chega lá e joga bola com os meninos.

Discussão

A primeira categoria de análise revelou diferenças na disponibilidade de oportunidades ocupacionais para crianças de diferentes grupos socioeconômicos, de modo que o lugar em que se vive e a renda interferem na construção do repertório ocupacional infantil. Estes dados convergem com os achados de Galvaan (2015) sobre as influências políticas, socioeconômicas e da localidade sobre as escolhas ocupacionais, e com Lysack (2011), a qual refere que há muitos mecanismos da desvantagem social sobre a trajetória de vida, sendo a ocupação modelada por circunstâncias econômicas e por outros fatores do ambiente social.

Ressalta-se que a Terapia Ocupacional considera que a participação das crianças nas atividades infantis está ligada à interação com o ambiente físico, social, cultural e econômico, sendo o ambiente um facilitador do desempenho ocupacional (Ziviani &

Rodger, 2006). Importa saber o quanto as crianças participam de atividades de que precisam ou gostariam de estar envolvidas (Law *et al.*, 2006).

O Índice de Oportunidades para a Infância, utilizado nos EUA, demonstra que as condições e recursos dos bairros onde as crianças vivem são fatores que podem gerar oportunidades para apoiar o desenvolvimento infantil. Idealmente, todas as crianças deveriam viver em bairros com acesso a escolas de qualidade, alimentos saudáveis, parques, ar puro, moradias seguras e empregos com salários dignos para as suas famílias. Crianças em situação de pobreza e que moram em bairros com mais oportunidades têm níveis mais baixos de estresse do que as que moram em bairros de baixas oportunidades. Crianças em bairros com taxas de pobreza mais elevada tendem a ter pior desempenho educacional, afetando as oportunidades de uma vida saudável. Assim, os bairros moldam as crianças durante os anos críticos do seu desenvolvimento e influenciam os rendimentos futuros dos adultos (Acevedo-Garcia *et al.*, 2020). Outros fatores estruturais que aprofundam as desigualdades durante a infância são o trabalho infantil, a gravidez precoce, o bullying e a violência (Cecchini *et al.*, 2021).

De Freitas y Mecena (2012) também encontraram em seu estudo sobre crianças que crescem em periferias metropolitanas, que a precariedade urbana pode deteriorar a qualidade de vida. Essa situação faz com que algumas crianças usem o tempo livre fora da escola primariamente para dormir, uma vez que não têm espaços para onde ir ou o que fazer.

Para Sen (1999), a condição de pobreza não se refere apenas à falta de renda, mas à diminuição de possibilidades para o desenvolvimento humano. No contexto das crianças estudadas, as oportunidades oferecidas pelo ambiente local do Grupo 01, como esportes, atividades culturais, educação de qualidade e espaços de lazer seguros, se configuram como um dos fatores determinantes para a formação de um repertório ocupacional diversificado, ampliando as possibilidades de desenvolvimento.

A diminuição de possibilidades ocupacionais não se restringe à esfera do desenvolvimento individual, mas atinge a própria condição de cidadania. A vulnerabilidade advinda de condições socioeconômicas precárias e da fragilidade dos vínculos sociais, faz com que os indivíduos deixem de ocupar seu lugar de sujeito de direitos (Silva & Freitas, 2003), e a escola pode se constituir como um espaço de busca de cidadania, apesar da dificuldade de se implementar uma escola democrática e que de fato impulsione os jovens para uma vida de realizações (Lopes *et al.*, 2008).

Na segunda categoria de análise, destaca-se que a teoria de Davis e Polatajko (2006) considera o repertório ocupacional de uma criança como um conjunto de ocupações não apenas individualizado, mas sim como resultado também do ambiente. Portanto, é importante trazer aqui uma dimensão política da ocupação humana, uma vez que ela é tanto um instrumento de opressão social, quanto pode ser uma prática libertadora.

A ocupação humana não pode ser encarada quase que inteiramente como uma experiência individual. Essa visão como uma experiência individual é necessária, mas não é suficiente para a compreensão da complexidade do contexto sobre as ocupações dos indivíduos. A ocupação é profundamente contextual e social, vinculada a uma cultura, a uma história da comunidade e à economia vigente (Dickie *et al.*, 2006).

Não é possível fazer uma separação entre pessoa, ocupação e contexto. Afirma-se uma mudança de paradigma a partir do momento em que se reconhece que o indivíduo só existe entrelaçado em relações sociais, então a sua participação e as ocupações acontecem dentro de relações macro e micro socioculturais, nas quais as subjetividades se fundam (Drummond *et al.*, 2021).

Ressalta-se que «as ocupações, os afazeres humanos e não humanos de países colonizados foram constituídos em um processo de violência social, econômica, política e cultural hierarquizada, patriarcalizada e racista» (Brito *et al.*, 2023, p. 849), com identidades construídas por um Estado opressor.

Para uma conceituação crítica da ocupação humana, a autora sul-africana Elelwani Ramugondo (2015) traz uma dimensão política para o que as pessoas fazem todos os dias. A consciência ocupacional tem a ver com a compreensão de que as atividades diárias individuais e coletivas sustentam relações desiguais de poder e podem ser uma forma de resistência. Assim, a consciência ocupacional se configura como uma maneira de liberação em relação às estruturas sociais opressivas. A consciência trata-se de uma resposta emocional à estratificação social, olhando para o aspecto de que as comunidades oprimidas não são totalmente incapazes de resistir aos processos de dominação, mas podem desvelar que algumas ocupações sustentam a sujeição e a dependência, e outras são excluídas ou marginalizadas (Ramugondo, 2015).

Nesse sentido, a organização ativa do lazer pela Família 20 (tomar sol, soltar pipa) em territórios vulneráveis não é apenas um momento de lazer, podendo significar um ato de resistência contra a opressão do tempo e da falta de espaços seguros, produzindo vida mesmo sob escassez. A apropriação do espaço da escola para o jogo e a socialização

pela Família 27 também mostra como a ocupação é contextual e social, e como as comunidades resistem à falta de políticas públicas.

O neoliberalismo contemporâneo não tem como objetivo defender a democracia, e as ações estatais visando o bem-estar social são vistas como um obstáculo para a produção de riqueza. A própria política econômica neoliberal produz a pobreza, reduzindo os empregos e os salários e concentrando a renda, com políticas sociais com redução de gastos, aprofundando as péssimas condições de saúde, educação e moradia. Isso não apenas intensifica a pobreza, mas redefine os modos de viver (Boito Jr., 1999). O poder político opera então moldando subjetividades particulares e incentivando a sua estruturação (Laliberte, 2005).

Desta forma, considera-se neste estudo as forças políticas, econômicas, culturais e sociais que moldam acentuadamente os fazeres na infância, conformando crianças em adultos subservientes à modernidade capitalista, e perpetuando a subalternização das quais se encontram em situação desfavorável.

A escolha ocupacional é mais do que uma construção individual, mas uma construção coletiva e estando historicamente situada: «compreender como as escolhas ocupacionais funcionam no contexto da desigualdade social permite a expressão política da desvantagem vivida» (Galvaan, 2015, p. 43). Em alguma medida, as restrições do contexto afetam as escolhas ocupacionais das crianças, mantendo a desigualdade social e a injustiça ocupacional. E ainda que haja muitas oportunidades, há a possibilidade de haver limitações no engajamento ocupacional quando o direito de escolha fica restrito pela opressão internalizada (Galvaan, 2015).

A justiça ocupacional parte de uma preocupação crescente quanto ao fato de que alguns grupos são excluídos de ocupações benéficas, gerando consequências graves para comunidades e indivíduos. Não se trata do fato de que as pessoas devem conseguir tudo o que desejam, mas sim de uma situação de privação contínua que coloca em risco o desenvolvimento das crianças, cria riscos à saúde, diminui a expectativa de vida de populações,mina a coesão social e o bem-estar econômico, desperdiçando, assim, o potencial humano (Wilcock, 2006). Isso porque as ocupações conferem sentido e propósito para a vida de indivíduos e comunidades (World Federation of Occupational Therapists, 2024).

Desta forma, pensando em como se dá a composição dos diversos territórios e suas variáveis, defende-se que as políticas públicas estejam voltadas para a promoção de oportunidades para que as crianças atinjam todo o seu potencial, e combatam as desi-

gualdades estruturais, como a pobreza intergeracional, que leva a disparidades evitáveis no percurso do desenvolvimento infantil. A diminuição de influências ambientais adversas nos grupos socialmente desfavorecidos afeta positivamente as famílias e suas crianças e apoia o desenvolvimento saudável (National Scientific Council on the Developing Child, 2023).

Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam a necessidade de políticas públicas que reduzam a privação de direitos fundamentais e promovam o desenvolvimento ocupacional infantil, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades que afetam as crianças no contexto brasileiro.

As perspectivas das famílias trouxeram contribuições quanto à formação do repertório ocupacional dos filhos, preocupando-se especialmente em superar as limitações nas oportunidades ocupacionais que os pais tiveram em suas experiências anteriores, impostas pelo ciclo intergeracional da pobreza. As famílias demonstraram o desejo de proporcionar aos filhos oportunidades que promovam autonomia e felicidade na vida adulta, reconhecendo que as ocupações não são somente atividades individuais, mas também carregam aspectos socioculturais e territoriais.

O repertório ocupacional dos indivíduos resulta de uma interação complexa entre fatores pessoais, familiares e sociais. Ao reconhecer essa interdependência, é possível apoiar as crianças na busca por significado em suas vidas, auxiliando na composição de sua trajetória ocupacional, desde a infância até a vida adulta.

Este estudo teve como limitação o tamanho amostral. Embora os grupos apresentassem heterogeneidade em condições socioeconômicas e habitacionais, uma comparação com famílias de alta renda poderia ter ampliado a compreensão sobre como o privilégio socioeconômico e o capital cultural influenciam as trajetórias ocupacionais das pessoas.

Futuras pesquisas poderiam abordar a infância a partir de perspectivas interseccionais, considerando raça, gênero, classe social e território como dimensões que atravessam o fazer cotidiano. Também seria relevante investigar como políticas públicas concentradas a nível local podem fortalecer redes de apoio e ampliar as oportunidades ocupacionais em territórios marcados pela desigualdade social.

Referências

- Acevedo-Garcia, D., Noelke, C., & Mcardle, N. (2020). *The geography of child opportunity: Why neighborhoods matter for equity: First findings from the Child Opportunity Index 2.0.* https://www.diversitydatakids.org/sites/default/files/file/ddk_the-geography-of-child-opportunity_2020v2_o.pdf
- Adekanbi, O. A. (2024). The ultimate economic model hidden in plain sight. *American Journal of Social Sciences And Humanity Research*, 4(11), 100-106. <https://doi.org/qh3h>
- Assis, C. (2018, 6 de diciembre). Tarefas domésticas e de cuidado são principal impedimento para mulheres jovens estudarem e trabalharem fora de casa. GN. <https://bit.ly/3XOq4l7>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barros, D. D., Guirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (2002). Social occupational therapy. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(3), 95-103. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103>
- Boito Jr., A. (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qpo63oa>
- Brito, C. M. D., Quadros Magalhães, J. L., & Coelho Magalhães, R. (2023). Decolonizar o conceito de justiça ocupacional: uma construção epistemológica. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, 51(1), 840-865. <https://doi.org/qh2z>
- Cattan, S., Fitzsimons, E., Goodman, A., Phimister, A., Ploubidis, G., & Wertz, J. (2022). *Early childhood inequalities*. <https://dera.ioe.ac.uk/id/eprint/39757/>
- Cecchini, S., Holz, R., & Soto de la Rosa, H. (Coords.) (2021). *A toolkit for promoting equality: the contribution of social policies in Latin America and the Caribbean*. Economic Commission for Latin America and the Caribbean. https://igualdad.cepal.org/sites/default/files/2022-03/DB_intro_childhood_en.pdf
- Christiansen, C., & Townsend, E. (2010). *An introduction to occupation*. En C. Christiansen, & E. Townsend (Eds.), *Introduction to occupation: The art and science of living: New multidisciplinary perspectives for understanding human occupation as a central feature of individual experience and social organization* (pp. 01-30). Pearson Education.
- Davis, J., & Polatajko, H. (2006). The occupational development of children. En S. Rodger, & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: Understanding children's occupations and enabling participation*. (pp. 13-76). Blackwell.

- De Freitas, M. C., & De Mecena, E. H. (2012). Vulnerabilidades de crianças que nascem e crescem em periferias metropolitanas: notícias do Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10(1), 195-203. <https://doi.org/qh27>
- Dickie, V., Cutchin, M., & Humphry, R. (2006). Occupation as transactional experience: A critique of individualism in occupational science. *Journal of Occupational Science*, 13(1), 83-93. <https://doi.org/10.1080/14427591.2006.9686573>
- Drummond, A. F., Ferreira, F. R., & Costa, L. (2021). Ocupação, participação e inclusão: uma tríade em pauta. En A. M. van Petten, A. A. Cardoso, & C. M. C. Brito (Orgs.), *Estudos da ocupação: desafios e possibilidades* (pp. 33-48). Paco Editorial.
- Engle, P., Fernald, L., Alderman, H., Behrman J., O'Gara, C., Yousafzai, A., Cabral, M., Hidrobo, M., Ulkuer, N., Ertem, I., Iltus, S., & Global Child Development Steering Group. (2011). Strategies for reducing inequalities and improving developmental outcomes for young children in low-income and middle-income countries. *Lancet*, 378(9799), 1339-1353. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60889-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60889-1)
- Franco, M. F. (2024). *Evidências de validade de um instrumento intersetorial para detecção de risco para o desenvolvimento infantil* [Dissertação de Mestrado]. Repositório da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/20262>
- Galvaan, R. (2015). The contextually situated nature of occupational choice: Marginalised young adolescents' experiences in South Africa. *Journal of Occupational Science*, 22(1), 39-53. <http://doi.org/10.1080/14427591.2014.912124>
- Gobbi, M. & Anjos, C. (2024). Infâncias, movimentos sociais e cidade: reflexões urgentes em meio à «fadiga da compaixão». *Educar em Revista*, 40, 1-18. <https://doi.org/qh3g>
- Hammell, K. W. (2021). Building back better: Imagining an occupational therapy for a post-Covid-19 world. *Australian Occupational Therapy Journal*, 68(5), 444-453. <https://doi.org/10.1111/1440-1630.12760>
- Hochman, B., Nahas, F. X., Oliveira Filho, R. S., & Ferreira, L. M. (2005). Desenhos de Pesquisa. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 20(supl. 2), 2-9. <https://doi.org/cd36qc>
- Laliberte, D. (2005). Understanding political influences on occupational possibilities: An analysis of newspaper constructions of retirement. *Journal of Occupational Science*, 12(3), 149-160. <https://doi.org/10.1080/14427591.2005.9686558>
- Law, M., Petrenchik, T., Ziviani, J., & King, G. (2006). Participation of children in school and community. En S. Rodger, & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 67-82). Blackwell.

- Lopes, R. E., Adorno, R. C., Malfitano, A. P., Takeiti, B. A., Silva, C. R., & Borba, P. L. (2008). Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 63-76. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902008000300008>
- Lysack, C. (2011). Fatores socioeconômicos e suas influências sobre o desempenho ocupacional. En E. Crepeau, E. Cohn, & B. Schell (Eds.), *Terapia ocupacional*. Editorial Médica Panamericana.
- Mandich, A., & Rodger, S. (2006). Doing, being and becoming: Their importance for children. En S. Rodger, J. & Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: Understanding children's occupation and enabling participation* (pp. 115-132). Blackwell.
- Minayo, M. C. S. (2021). Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 9(22), 521-539. <https://doi.org/qhxg>
- Miranda de Oliveira, H., Nunes, M., & Silveira, G. (2025). Neoliberalismo y globalización: la terapia ocupacional como resistencia y potencia en las experiencias colectivas del territorio. *Revista Ocupación Humana*, 25(1), 60-70. <https://doi.org/qhxf>
- National Scientific Council on the Developing Child. (2023). *O lugar importa: o ambiente molda as bases do desenvolvimento saudável: Working Paper*, 16. <https://bit.ly/3KDrbBa>
- Oliveira, A. C. (2023). Colonialidade, infâncias e juventudes. *InSURgênciia. Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, 9(2), 89-114.
- Palacios, J. J. (1983). El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales. *Revista Interamericana de Planificación*, 17(66), 56-68.
- Pope, E., Brandão, C., Bower, K., & Verdugo-Castro, S. (2023). Qualitative research for interdisciplinary studies: Multiple methodologies for multiple disciplines. *New Trends in Qualitative Research*, 16, e825. <https://doi.org/10.36367/ntqr.16.2023.e825>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Clacso.
- Rachter, L. (2024, 1 de febrero). *As meninas cozinharam enquanto os meninos brincavam: a desigualdade nas tarefas de cuidado começa na infância*. Banco Interamericano de Desarrollo. <https://www.iadb.org/pt-br/blog/meninas-cozinharam-enquanto-os-meninos-brincam-desigualdade-nas-tarefas-de-cuidado-comeca-na-infancia>
- Ramugondo, L. (2015). Occupational consciousness. *Journal of Occupational Science*, 22(4), 488-501. <https://doi.org/10.1080/14427591.2015.1042516>
- Sellitz, C., Wrightsman, L., & Cook, S. (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. EPU.
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.

- Silva, C. R., Freitas, H. I. (2003). Adolescentes em situação de vulnerabilidade: estratégias de terapia ocupacional em um trabalho de prevenção à Aids. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 11(2), 111-117.
- Siqueira, L. S. (2013). Programa Bolsa-Família: uma inovação conservadora? *Revista Praia Vermelha*, 23(1), 177-195.
- Unicef. (2024). *The future of childhood: The state of the world's children 2024*. <https://www.unicef.org/media/165156/file/sowc-2024-full-report-en.pdf>
- World Federation of Occupational Therapists. (2024). *About Occupational Therapy*. <https://wfot.org/about/about-occupational-therapy>
- Whiteford, G. (2000). Occupational deprivation: Global challenge in the new millennium. *British Journal of Occupational Therapy*, 63(5), 200-204. <https://doi.org/gghmsq>
- Wilcock, A. A. (2006). *An occupational perspective of health* (2^a ed.). Slack.
- Ziviani, J., & Rodger, S. (2006). Environmental influences of children's participation. En S. Rodger, J. & Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: Understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 41-61). Blackwell.

Transparencia

Financiamiento

A pesquisa foi realizada com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil). Código de Financiamento 001.

Conflictos de interés

Los investigadores no reportan ningún tipo de conflicto de interés.

Datos abiertos de la investigación

Los autores no ponen a disposición pública sus datos.

Materiales abiertos de la investigación

Los autores no ponen a disposición pública sus materiales.

Pares revisores del artículo (comité científico)

Fátima Martín Gómez de Carvallo, Universidad de Valencia, España.

Ana Paula Benatti, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Revisión académica (revisión de escritorio)

Héctor Fabio Ospina, Universidad de Manizales, Cinde. Doctor en Educación de la Nova University-Cinde.

Simón Montoya-Rodas, Corporación Akará. Doctor en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde.

Revisión editorial

David Arturo Acosta-Silva, Universidad de Manizales, Corporación Universitaria Unitec.

Licencia

Este es un artículo de acceso abierto distribuido en concordancia con los términos de la licencia Creative Commons 4.0 Atribución/Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional, la cual permite compartir (copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato) o adaptar (remezclar, transformar y construir a partir del material), si y solo si, se da crédito de manera adecuada, se brinda un enlace a la licencia y se indica si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que usted o su uso tienen el apoyo del licenciante. No se permiten los usos comerciales del material. Si se remezcla, transforma o crea a partir del material, se debe distribuir la contribución bajo la la misma licencia del original. Véase: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es>
